

# SCHUMPETER E O PERECECIMENTO DO CAPITALISMO E DA BURGUESIA

Jorge MIGLIOLI<sup>1</sup>

## Introdução

Nosso objetivo de análise é o fim do capitalismo, não um final cataclísmico, mas sim decorrente de um processo de declínio e definhamento, sem data marcada de morte.

Na época de hoje - digamos, desde a derrocada do império soviético -, quando se canta o heróico e definitivo triunfo do capitalismo, nosso tema não apenas está fora de moda mas também é contrário à avassaladora literatura sobre os méritos desse sistema socioeconômico, agora liberalizado e globalizado, que aí está para durar até o fim dos tempos. Como cientista social e, nas horas vagas, leitor de livros de divulgação da Física - uma literatura que, apesar de fantástica, tem muito mais a ver com o mundo real, além de ser muito agradável, do que, por exemplo, os textos dos economistas das diversas correntes teóricas dominantes nos dias de hoje -, pois bem, como cientista social e leitor curioso de Física, fico fascinado quando leio, vejo ou ouço certos cientistas sociais (aí incluindo economistas, apesar de muitos deles não gostarem dessa inclusão) afirmarem, ou sugerirem, ou deixarem implícito que o capitalismo é um sistema natural, ou seja, próprio da natureza humana e, portanto, durável enquanto existirem seres humanos na face da terra (ou de qualquer outro planeta), ao passo que os cosmólogos acreditam que o universo se encontra em constante movimento e deverá ter um fim. Ou o capitalismo terá a mesma duração do cosmo?

<sup>1</sup> Departamento de Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP - Brasil.

Para não cometer injustiça, é preciso reconhecer que diversos cientistas sociais, há algumas décadas, vêm apresentando idéias ou mesmo teorias sobre a superação ou a transformação do capitalismo, dentro de uma literatura usualmente identificável pelas referências a "sociedades pós-industriais", "sociedades pós-capitalistas", "fim do mundo do trabalho", para não mencionarmos outras designações mais impressionantes (como, por exemplo, "sociedades cibernéticas"). Mas quase toda essa literatura não trata efetivamente do fim do capitalismo como sistema socioeconômico (ou como "modo de produção", na linguagem marxista), mas apenas de algumas mudanças mais ou menos profundas ocorridas dentro desse sistema, sendo que, não raramente, diversas são mais imaginárias do que reais (como o "fim do mundo do trabalho"). Algumas vezes as interpretações chegam ao absurdo, como a do economista Adolf A. Berle Júnior: ao estudar o moderno capitalismo americano e constatar a separação entre os acionistas e os diretores das grandes empresas, ele define esse sistema como um capitalismo sem capitalistas<sup>2</sup>. Na verdade, grande parte dessa literatura pretende apenas mostrar, sob diversificadas denominações, um capitalismo contemporâneo diferente do "velho capitalismo" estudado por Marx, introduzindo-lhe ou retirando-lhe certos elementos de maior ou menor relevância, às vezes com a finalidade de apresentar esse "novo capitalismo" (qualquer que seja o nome que se lhe dê) como um sistema melhor, e esse "melhor" pode significar mais eficiente, mais equitativo, mais libertário, ou mais qualquer outra coisa a gosto do autor.

Por outro lado, há também toda uma literatura marxista dedicada a prever o colapso do capitalismo. Ela começou com o próprio *Manifesto comunista* (1848), quando, no primeiro capítulo, Marx e Engels falam das crises econômicas recorrentes e cada vez "mais gerais e mais violentas", mostrando a já então profunda contradição entre as relações burguesas de produção e o nível de desenvolvimento das forças produtivas. A partir daí ou, mais

<sup>2</sup> Textualmente: "O capital está presente, bem como o capitalismo; o fator que desaparece é o capitalista". (BERLE JÚNIOR, 1954, p. 39)

exatamente, a partir da última década do século XIX, este se converte em um dos temas mais discutidos entre os marxistas e surgem, principalmente em língua alemã, diversas teorias sobre a derrocada final do capitalismo, baseadas em diferentes argumentos - como o da tendência decrescente da taxa de lucro ou o do esgotamento de mercados para a realização da mais-valia. Essa literatura ficou conhecida como "o debate sobre a derrubada do capitalismo"<sup>3</sup> e foi justamente acusada de apresentar uma visão mecanicista do colapso, quando então outros autores (como Lênin, por exemplo) passaram a defender a tese de que o capitalismo só poderia ser derrotado pela ação política de um "agente revolucionário" (no caso, o proletariado), idéia que também pode ser encontrada no *Manifesto comunista*: "A burguesia não forjou apenas as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas: os operários modernos, os proletários". (MARX, 1990, p.72)

No presente artigo pretendemos apresentar uma diferente visão do fim do capitalismo e da burguesia como classe dominante. Trata-se da tese de Joseph A. Schumpeter (1883-1950), economista austríaco, ministro de finanças do primeiro governo republicano da Áustria (1919), professor nesse país, na Alemanha e por maior tempo nos Estados Unidos, onde morreu; foi presidente da Econometric Society, da American Economic Association e da International Economic Association, e publicou grande número de livros e artigos. Os textos de Schumpeter demonstram um amplo conhecimento das diversas correntes da Economia surgidas até seus últimos anos de vida (como pode ser constatado em seu volumoso livro sobre *História da análise econômica*, publicado postumamente), assim como uma forte influência de outras áreas das Ciências Sociais, da Filosofia e da História. Embora seja difícil

<sup>3</sup> O histórico da controvérsia sobre o colapso do capitalismo foi feito por Paul M. Sweezy: *Teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, capítulos 8 a 12. (A edição original, em inglês, é de 1942.) Alguns textos de diversos participantes do debate estão reproduzidos no livro organizado por Lúcio Colleti: *El marxismo y el derrumbe del capitalismo*. México: Siglo Veintiuno, 1978. (Edição original, em italiano, de 1970)

enquadrá-lo numa corrente econômica restrita, é possível situá-lo como um neoclássico "dos velhos tempos" (junto com Marshall, Wicksell etc), porém com marcante influência do pensamento marxista (ver, por exemplo, a parte I do seu livro *Capitalismo, socialismo e democracia*).

Para apresentar a tese de Schumpeter sobre o perecimento do capitalismo, baseamo-nos em três de seus livros. Por ordem cronológica dos textos originais: 1) *Teoria do desenvolvimento econômico*, publicado em alemão em 1911, com uma segunda edição, revista, em 1926, que é a definitiva e a utilizada para tradução em várias línguas; 2) *Imperialismo e classes sociais*, originalmente publicado em inglês em 1951, englobando dois ensaios anteriormente publicados em alemão: "Sociologia do imperialismo" (1919) e "As classes sociais num meio etnicamente homogêneo" (1927); 3) *Capitalismo, socialismo e democracia*, publicado pela primeira vez na Inglaterra em 1943, com edição revista em 1947 e um grande número de reimpressões<sup>4</sup>.

Uma nota final: o presente trabalho deveria ter sido escrito para publicação no ano de 2000, cinquentenário da morte de Schumpeter, mas só recentemente conseguimos concluí-lo. Mesmo assim ainda desejamos que seja visto como um tributo, embora muito modesto, a esse grande cientista social.

## **A importância dos empresários**

Para Schumpeter, o empresário é uma figura essencial no processo de desenvolvimento econômico capitalista. Isso é exposto no capítulo 2 de seu livro *Teoria do desenvolvimento econômico*, como mostraremos agora (e pedimos desculpas pelas muitas citações).

Schumpeter não considerava "como um processo de desenvolvimento o mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza" (1982, p. 47);

<sup>4</sup> As edições aqui usadas são: 1) *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, série "Os economistas", 1982. 2) *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.3) *Capitalism, socialism and democracy*. Londres: Allen&Unwin, 1976.

desenvolvimento é quando ocorre profunda transformação (ele chega a falar de mudança "revolucionária") da economia, que surge de dentro dela e não imposta de fora. Para haver desenvolvimento é preciso ocorrer "uma nova combinação de meios de produção" e existir crédito para financiá-lo. Mas é preciso também um terceiro elemento, que Schumpeter chama de "fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico", o qual é objeto de estudo na terceira parte do referido capítulo 2. Trata-se do "empresário".

"Empreendimento" é a realização de novas combinações; "empresário" é o indivíduo que as executa; ele pode ser um homem de negócios, um acionista, um diretor de empresa, um gerente, um indivíduo qualquer que pode ou não estar "permanentemente vinculado a uma empresa"; para ser considerado um "empresário" ele deve efetuar novas combinações; se não o faz, não é um "empresário", mesmo que seja proprietário ou diretor de empresa. Além disso, o "empresário" não deve ser confundido com "capitalista", que é proprietário de capital (meios de produção ou dinheiro), embora um capitalista também possa ser um empresário, assim como um empresário bem sucedido possa tornar-se capitalista. Um indivíduo não é um empresário permanentemente; depois de agir como empresário (isto é, realizar uma nova combinação de meios de produção), ele pode converter-se em dirigente de seu negócio ou simplesmente ser descartado; portanto, "ser um empresário não é uma profissão nem em geral uma condição duradora" e, assim, "os empresários não formam uma classe social no sentido técnico, como, por exemplo, o fazem os proprietários de terra, os capitalistas ou os trabalhadores" (SCHUMPETER, 1982, p. 56). Em conclusão, *ser empresário é exercer a função de empresário.*

Para simplificar, podemos chamar de *inovação* uma nova combinação de meios de produção. A inovação enfrenta alguns obstáculos:

1) a conduta rotineira no mundo dos negócios, que é tarefa do *administrador* (que não deve ser confundido com o empresário). Por mais difícil que possa ser essa tarefa, trata-se de "rotina

ordinária", de "uma função que qualquer pessoa normal pode aprender a cumprir", e "mesmo a função de dirigir outras pessoas, embora ainda necessária, é um mero 'trabalho' como qualquer outro, comparável ao serviço de cuidar de uma máquina"(p.59);

2) a rotina mental. A primeira, a conduta rotineira, se refere à tarefa executada, enquanto esta segunda "repousa na psique do próprio homem de negócios" (p.61), e ocorre quando, mesmo havendo condições objetivas para promover uma inovação, o indivíduo se recusa a fazê-lo (não importa por qual motivo, seja por hábito, preguiça, falta de vontade, etc);

3) "a reação do meio-ambiente social contra aquele que deseja fazer algo novo" (p. 61). Podem ser impedimentos legais ou políticos ou oposição de grupos sociais (por diversos motivos, entre eles os fatos de a inovação poder causar prejuízos às empresas concorrentes, provocar desconfiança no público ou mesmo constituir um grave desvio social). Para superar essa reação é preciso "um gênero especial de trabalho que não existe no curso costumeiro da vida, trabalho que também requer um gênero especial de conduta" (p.61): a liderança, que consiste em assumir responsabilidades dentro das condições existentes, resolver problemas em situações de emergência, impressionar e comandar um grupo social.

Finalmente, para melhor compreender o empresário, cabe tratar dos "motivos característicos de sua conduta" (p. 63):

1) "Antes de tudo, há o sonho e o desejo de fundar um reino privado e comumente, embora não necessariamente, também uma dinastia" (p.65). É um estímulo de ganho monetário que pode ser usufruído pelo indivíduo, sua família e seus descendentes.

2) "Há o desejo de conquistar: o impulso para lutar, para provar-se superior aos outros, de ter sucesso, em nome do próprio sucesso", ou seja, há um outro aspecto que não envolve ganho material. "Nesse aspecto, a ação econômica torna-se afim do esporte" (p. 65).

3) "Finalmente, há a alegria de criar, de fazer coisas, ou simplesmente de exercitar a energia e a engenhosidade" (p. 65).

Como se vê, para Schumpeter o empresário - que só se define como tal por ser inovador na área econômica - atua a partir de determinadas motivações, como o ganho material, o desejo de conquistar, a alegria de criar. Assim, diferentemente da visão que Weber tem do "espírito capitalista", o empresário não é movido por vocação nem por valores éticos ou religiosos, embora esses valores - assim como outros fatores sociais - possam influenciar suas motivações, como certamente acontece principalmente em sua busca de ganho e em seu desejo de conquistar.

Como Schumpeter considera o desenvolvimento como resultado da criação de novas formas de combinar os meios produtivos e como essa é a função dos empresários, então estes passam a ser os personagens fundamentais do processo de desenvolvimento<sup>5</sup>. Essa proeminência dada aos empresários provocou diversas críticas; por isto, na segunda edição de seu livro, Schumpeter acrescenta a seguinte nota:

Pode não ser supérfluo salientar que nossa análise do papel do empresário não acarreta qualquer 'glorificação' do tipo, como alguns leitores da primeira edição deste livro pareceram pensar. Sustentamos que os empresários têm uma função econômica distinta (...), mas não descrevemos todo empresário como um gênio ou como um benfeitor da humanidade etc. (p. 63)

## **Ascensão e declínio das classes sociais**

A importância do empresário é novamente analisada em outro livro de Schumpeter (*Capitalismo, socialismo e democracia*), mas para explicar a decadência do capitalismo. Para melhor entender essa questão, é conveniente levar em conta a teoria das classes

<sup>5</sup>Essa concepção schumpeteriana de empresário teve influência na literatura da década de 1960 sobre o desenvolvimento econômico de países atrasados, em que diversos autores, ao relacionar os obstáculos a esse desenvolvimento, sempre incluíam a ausência do espírito empresarial nesses países.

sociais de Schumpeter contida no já mencionado ensaio do livro *Imperialismo e classe sociais*; é um ensaio extremamente interessante, mas, de todo ele, estamos mais diretamente interessados na parte que se refere à "Ascensão e queda de classes inteiras" (a partir da p. 160 da edição brasileira).

Assim como na divisão do trabalho dentro de uma sociedade um determinado grupo se define por sua função específica (lavradores, metalúrgicos, químicos, advogados, médicos, etc, com suas atividades e funções próprias), também uma classe social "tem uma função definida": "*o posição de cada classe na estrutura nacional total depende, por um lado, da significação atribuída a essa função e, por outro, do grau em que a classe executa com êxito sua função*" (1961, p. 163, grifos nossos).

A estrutura de classes de um povo ou país pode sofrer diversas mudanças de hierarquia, ou seja, uma classe pode ascender assim como outra pode cair e até desaparecer (Na análise desse processo, Schumpeter recorre a muitos exemplos históricos que não citaremos aqui). Uma classe dominante pode até mesmo desaparecer rapidamente num país se este for conquistado por um outro povo que tem sua própria classe dominante; a primeira só sobreviverá se for aceita pela segunda ou a ela se integrar. Mas, em geral, a deterioração ou o desaparecimento de uma classe constitui um processo gradual, que pode ser explicado por dois motivos básicos: o enfraquecimento de liderança dessa classe (se ela tiver essa liderança, ou seja, se for uma classe superior) ou a perda de suas funções diferenciadas. Ou, inversamente, uma classe pode ascender se crescer sua liderança e se sua função se tornar mais acentuada e reconhecida na sociedade.

Schumpeter apresenta com certa minúcia o caso da aristocracia germânica, cuja função principal, em suas origens, era a de liderança militar: seus membros eram guerreiros, que comandavam e participavam diretamente dos combates. Sua importância, ou seu poder, aumentou quando se tornaram grandes proprietários senhoriais, em decorrência das características próprias do sistema feudal; e daí estruturou-se todo um conjunto de regras

de produção, de relações políticas, leis, modo de vida, favorecendo o domínio da aristocracia. A ascensão dessa classe se prolongou até o início da era moderna, por diversos motivos: a ocorrência constante de guerras, a maior especialização do nobre como guerreiro, o exercício de novas funções de poder (econômicas, políticas, jurídicas), a colonização de novas terras nas regiões fronteiriças. Mas a partir do fim do século XIV a aristocracia começou a declinar, embora mantendo seu prestígio aos olhos das classes inferiores. A nobreza teve de se submeter a um poder superior que estava emergindo: poder do Estado mais ou menos centralizado, com um soberano fortalecido, um exército e uma administração sob seu controle. A formação de exércitos profissionais e a constante desmilitarização da nobreza solaparam as próprias bases da importância social dessa classe. Além disso, sua coesão interna começou a se fragmentar, criando uma nobreza inferior voltada para seus interesses particulares e uma nobreza alta, mais próxima do soberano, sem ter o que fazer e de vontade enfraquecida. Para concluir, note-se que Schumpeter não aborda o problema do declínio econômico do feudalismo, que, sem dúvida, é essencial para entender o enfraquecimento da nobreza.

Infelizmente, nesse livro, Schumpeter se concentra em estudar o caso da ascensão e queda dessa classe, não dando o mesmo tratamento à burguesia. Mas o fato importante é que ele defende a concepção de que as classes sociais são fenômenos históricos e, portanto, surgem e desaparecem, e o exame do caso específico de aristocracia serve apenas para ilustrar ou provar sua concepção.

## O perecimento do capitalismo e da burguesia

Agora, se uma classe social, e principalmente uma classe dominante - como a poderosa nobreza européia de longa existência -, sempre tem um fim, daí brota espontaneamente a pergunta sobre o que acontecerá com a burguesia, a classe dominante de nosso tempo. E esta questão está estritamente ligada à do destino do sistema socioeconômico (ou modo de produção) em que se insere essa classe dominante.

O destino do capitalismo e da burguesia é exatamente o tema da segunda parte (intitulada "O capitalismo pode sobreviver?") do livro *Capitalismo, socialismo e democracia*. Aí o tratamento dado por Schumpeter é principalmente econômico, mas sempre levando em conta as questões sociais e culturais envolvidas, que são cruciais em seu argumento.

Schumpeter conhecia a controvérsia marxista sobre o colapso do capitalismo (veja-se o "Prólogo" da referida segunda parte do livro) e foi por ela influenciado ou, pelo menos, motivado ao questionar a possibilidade de sobrevivência desse sistema, na qual ele não acreditava - se o capitalismo continuasse a seguir as tendências manifestadas. Embora partindo da análise econômica, sua tese da não sobrevivência do capitalismo se baseia em razões sociais. Como está dito no citado "Prólogo": "A tese que tentarei estabelecer é a de que o desempenho atual e prospectivo do sistema capitalista é tal que nega a idéia de sua derrocada sob o peso do fracasso econômico, mas sim que seu sucesso solapa as instituições sociais que o protegem, e "inevitavelmente" cria condições nas quais ele não poderá viver e que apontam fortemente para o socialismo como seu herdeiro aparente" (1976, p.61).

Iniciando sua análise, Schumpeter procura refutar a crítica de que as economias capitalistas apresentam baixo desempenho em termos de produção; contrariamente a essa idéia, e apesar dos percalços cíclicos e ocasionais, a produção é crescente ao longo dos anos, inclusive de forma suficiente para elevar o nível de vida também da população mais pobre, embora não consiga resolver o problema do desemprego que é inerente a essas economias. Em seguida, Schumpeter se volta para os defensores neoclássicos do capitalismo (ele se refere especificamente a Alfred Marshall e Knut Wicksell) e mostra que suas idéias de concorrência perfeita e de equilíbrio do mercado baseado na propriedade privada são teoricamente fracas e pouco têm a ver com o mundo real do capitalismo, na qual predominam as empresas monopolistas e oligopolistas - as quais, apesar de todo o desperdício gerado em sua forma de atuar, são as verdadeiras responsáveis pela dinâmica

do capitalismo, isto é, não só pelo crescimento da produção, mas também pelas constantes mudanças inovadoras no que Schumpeter chama de "processo de destruição criativa". Prosseguindo com sua análise econômica, ele discute a tese de que o capitalismo poderia entrar em decadência pelo "definhamento das oportunidades de investimento"; examinando os diversos motivos apresentados para sustentar essa tese (população decrescente, o fim da abertura de novas terras, o esgotamento do processo de inovação tecnológica, e outros menos importantes), ele conclui por sua negação, ou seja, não é por esse aspecto que o capitalismo caminhará para seu fim.

### *Crescente hostilidade ao capitalismo*

Finalmente, Schumpeter apresenta os motivos sociais e culturais do perecimento do sistema capitalista, alguns dos quais nascidos dentro da própria burguesia enquanto outros lhe são externos, embora criados pelo próprio sistema, gerando um processo de "crescente hostilidade" por parte de outras classes e camadas sociais.

A atitude racional não foi uma criação do capitalismo, mas sem dúvida foi esse sistema que estimulou e estendeu o racionalismo para todas as esferas da vida.

Não apenas a fábrica mecanizada moderna e o volume de produção que ela gera, não apenas a tecnologia e a organização econômica moderna, mas todos os traços e conquistas da civilização moderna são, direta e indiretamente, produtos do processo capitalista. (SCHUMPETER, 1976, p. 125)

O racionalismo promove o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da organização econômica, penetra nas artes, no estilo de vida, na política, estimula o espírito crítico em todas as áreas, inclusive na vida familiar e no modo de encarar até mesmo a religião e o próprio capitalismo. Assim, a crescente hostilidade ao capitalismo

é criada por ele mesmo ao expandir e aprofundar a atitude racional crítica.

Embora a longo prazo o capitalismo tenha promovido um notável crescimento da produção e mudanças cujos benefícios foram usufruídos também, mesmo que em muito menor amplitude, pelas massas mais pobres da população, sempre existem problemas não resolvidos, como desemprego, baixos salários, desapontamentos e preocupações de maior ou menor importância que afligem as diferentes camadas sociais. Além disso, o capitalismo cria expectativas de ascensão econômica e social que raramente são realizadas no prazo de uma única geração. Daí a insatisfação e, com ela, a hostilidade ao capitalismo e à burguesia - diretamente associada e vista como a responsável por ele, como classe dominante.

A hostilidade é partilhada não apenas pelas classes trabalhadoras, mas também pelas classes médias, nas quais se incluem os funcionários das burocracias ("que nunca se identificam inteiramente com a burguesia e os interesses e esquemas de valores dela" - p. 155) e os profissionais de formação educacional superior, que freqüentemente não encontram o emprego ou o salário que julgam merecer. Essas duas camadas sociais hostis são um exemplo de como o capitalismo produz seus próprios adversários, pois é esse sistema que promove a expansão dessas camadas, criando e ampliando suas atividades e os meios necessários para atingi-las, através do desenvolvimento do sistema educacional acessível a parcelas crescente da população. Mas um terceiro grupo social merece maior atenção, por ser o principal instilador de hostilidade ao capitalismo e à burguesia.

Trata-se do grupo formado pelos intelectuais, que não constitui uma classe social e inclui gente de diversas origens. Em sua tentativa de defini-lo, Schumpeter às vezes recorre à ironia, refletindo uma visão popular depreciativa dos intelectuais: "uma grande parte de suas atividades consiste em brigar uns com os outros e em construir armas de interesses de classe que não são os seus próprios" (p.146), outras vezes, ao perguntar se os intelectuais

são "as pessoas que falam de tudo porque nada compreendem" (p.147). Mas, apesar da ironia, Schumpeter lhes atribui grande poder de influenciar as pessoas e inculcar-lhes o sentimento anticapitalista e antiburguês. E isso novamente com a contribuição do próprio sistema capitalista, que estimula o racionalismo crítico, amplia o sistema educacional e cria os meios materiais para a propagação das idéias desse grupo (como os livros, jornais, rádio, etc). Os intelectuais, por sua posição social e sua formação educacional, mantêm relações mais estreitas com os profissionais de nível superior e com os burocratas, mas também procuram influenciar os movimentos de trabalhadores: "eles verbalizam o movimento, suprem-no de teorias e *slogans* - a luta de classe é um excelente exemplo -, torna-o mais consciente de si e, assim fazendo, mudam seu significado" (p.154), cortejam os trabalhadores, oferecem-se como conselheiros, "mas raramente ingressam na política profissional e ainda mais raramente nos postos responsáveis" (p.154).

Mas essa argumentação de Schumpeter, que ele denomina "Sociologia do intelectual", é claramente tendenciosa e reflete (talvez por motivos pessoais) sua antipatia pelos intelectuais. Todavia, a principal crítica que se pode fazer à sua argumentação é a de que ela os encara apenas como um grupo hostil ao capitalismo, deixando de lado um fato mais importante: os serviços prestados ao capitalismo, das mais diferentes formas (como cientistas, educadores, juristas, propagandistas, etc), nas quais sua função de defensores e ideólogos do capitalismo e da burguesia não pode ser ignorada - em suma, seu papel de "intelectuais orgânicos" da burguesia, para usar de uma denominação dada por Gramsci.

### *Destruição das camadas protetoras*

No livro *Capitalismo, socialismo e democracia*, o capítulo 12 (intitulado "Muros em ruínas") talvez seja o mais importante na tese sobre a decadência do sistema capitalista, por três motivos aí apontados: 1) "a destruição das camadas protetoras", 2) "a

destruição do quadro institucional da sociedade capitalista", e 3) "a obsolescência da função empresarial".

O primeiro motivo talvez possa ser explicado de forma resumida, e mais claramente, se recorrermos a algumas idéias de Marx a respeito do que se costuma chamar de "modo de produção", o qual pode ser definido como o modo pelo qual a sociedade se organiza a partir de um determinado nível de desenvolvimento das "forças produtivas" (que incluem tanto os meios materiais de produção como a força de trabalho); ou seja, a partir desse nível de desenvolvimento estabelecem-se determinadas relações sociais (dentro e fora do processo produtivo), as quais, juntamente com as forças produtivas, são chamadas de "infraestrutura" da sociedade (incluindo as regras políticas e jurídicas, os sistemas éticos e estéticos etc). E todo "modo de produção" em que haja a apropriação dos meios de produção por parte de grupos sociais específicos gera uma sociedade dividida em classes e até mesmo em frações de classes. Assim, num modo de produção capitalista "puro" existiriam apenas duas classes sociais: os capitalistas (proprietários de todos os meios materiais de produção) e os trabalhadores (donos apenas de sua força de trabalho). Acontece, contudo, que numa dada "formação social" historicamente constituída (ou, para simplificar, num país qualquer num dado momento de sua história), raramente existe um único modo de produção, ou, para ser mais enfático, o comum é a coexistência de dois ou mais modos de produção. Essa coexistência pode ser conflituosa ou pacífica - e até simbiótica - mesmo se um dos modos de produção tiver posição dominante. Um bom exemplo é o da Europa, onde durante muitos séculos predominou o modo de produção feudal (em que grandes propriedades senhoriais eram produtivamente operadas com o emprego do trabalho servil) convivendo com um sistema de produtores independentes, formados por diferentes grupos sociais (camponeses trabalhando com suas famílias em suas próprias terras, artesãos de diversos ofícios, comerciantes), e, a partir da Baixa Idade Média, com um emergente modo de produção capitalista. Em sua evolução, o capitalismo foi destruindo barreiras - não só

econômicas, mas também sociais e políticas - que entravavam seu desenvolvimento e constituíam elementos dos outros modos de produção existentes; dessa forma, o capitalismo eliminou entraves criados pelos artesãos e por suas corporações, assim como as amarras impostas pela agricultura atrasada de camponeses e senhores rurais, substituindo-a pela agricultura organizada sob a forma de grandes unidades produtivas.

O problema é que - voltando a Schumpeter - se essas mudanças foram importantes para o desenvolvimento do capitalismo, elas também o desgarneceram, pela "destruição das camadas protetoras", essencialmente do ponto de vista político. Na medida em que o capitalismo se tornava mais proeminente e, por fim, o modo de produção dominante, ele ia perdendo aliados efetivos ou potenciais. Foi que aconteceu, por exemplo, com os pequenos e médios produtores urbanos e rurais, transformados em proletários, expulsos de suas atividades originais pelo avanço das grandes unidades produtivas capitalistas. Foi também o que ocorreu, em maior ou menor escala - dependendo do país e da época -, com parcelas dos grandes senhores de terras, não lançados ao proletariado (um destino muito cruel para essa aristocracia), mas empobrecidos econômica e politicamente pela redução de seus domínios territoriais e de seus privilégios feudais.

Ao enfraquecimento dos senhores feudais correspondeu o processo de formação e consolidação das monarquias absolutistas na Europa, com a criação de estados nacionais e a concentração de poder na figura do rei. Esse processo contou com o firme apoio da burguesia em expansão, porque foi-lhe francamente favorável (unificação dos sistemas monetário, tributário, jurídico etc. dentro de cada estado nacional) e possibilitou-lhe o acesso, embora como classe subordinada, ao poder político, dominado pela nobreza (tendo no cume o rei). De acordo com Schumpeter:

A férrea moldura dessa estrutura ainda consistia do material humano da sociedade feudal e que ainda se comportava de acordo com os padrões precapitalistas. Ela

preenchia os gabinetes do estado, fornecia os comandantes militares, delineava políticas - funcionava como uma *classe dirigente* e, embora levando em conta os interesses burgueses, cuidava de se distanciar da burguesia. (p.136)

Essa aliança entre a nobreza e a burguesia constituía uma "ativa simbiose" entre essas duas classes, na qual uma "sustentava a outra economicamente, mas, por sua vez, era sustentada politicamente pela outra".

Essa aliança, iniciada com a formação dos estados absolutistas, teve uma longa duração, com variações entre os diversos países europeus, até o fim da Primeira Guerra Mundial - aqui usando como referência não o texto de Schumpeter, que não menciona datas, mas o livro de Arno J. Mayer, *A força da tradição*<sup>6</sup>. Seu término foi o resultado "natural" do desenvolvimento do modo capitalista de produção até tornar-se dominante e implantar o poder não só econômico mas também político da burguesia sobre as demais classes, inclusive eliminando aquela que havia sido sua parceira e, com isso, destruindo mais uma de suas "camadas protetoras".

Isso significou um prejuízo político para a burguesia, não só porque eliminou uma classe aliada e protetora, mas também porque essa classe possuía maior capacidade para governar (seja nos assuntos nacionais ou nas relações internacionais, resultante de sua longa experiência no poder) e porque detinha prestígio político, social e cultural, formado num processo milenar de treinamento para a "habilidade e o hábito de comandar e ser obedecido que lhe deu prestígio junto a todas as classes da sociedade e em todos os

<sup>6</sup> "(...) a Grande Guerra de 1914 (...) foi uma conseqüência da remobilização contemporânea dos *anciens regimes* da Europa. Embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da antiga ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência. A Grande Guerra foi antes a expressão da decadência e a queda da antiga ordem, lutando para prolongar sua vida, que do explosivo crescimento do capitalismo industrial, resolveu a impor sua primazia". Mayer, 1978, p. 13-4. (Edição original, em inglês, de 1981)

modos de vida" e que, surpreendentemente, "sobrevive até os dias de hoje" (p,137). Por isto mesmo, podemos acrescentar que não é sem motivo que grande parte da burguesia, principalmente a alta, procura imitar todos os modos de vida da nobreza, seja nos países onde ela sobrevive ou já existiu (como na Europa), seja em países onde jamais existiu, mas as burguesias locais sofrem a influência da cultura européia.

### *Destruição do quadro institucional*

Além de suprimir ou, pelo menos, enfraquecer classes e camadas sociais que lhe seriam aliadas e protetoras, o capitalismo vai destruindo elementos de sua própria estrutura institucional (alguns deles herdados do passado precapitalista), o que também contribui para seu debilitamento. Schumpeter destaca dois desses elementos, que ele considera de extrema importância: a propriedade privada e a liberdade de contratação, no capitalismo avançado das grandes empresas.

A liberdade de contratação, quando vigorava plenamente, "significava a contratação individual regulada pela escolha individual entre um número indefinido da possibilidade" (p. 141), envolvendo negociações entre firmas, entre firmas e consumidores, entre patrões e empregados - o que, certamente, implicava relações diretas e pessoais entre os envolvidos e, portanto, maior comprometimento. Com o domínio das grandes empresas, os contratos se tornam "estereotipados, não individuais, impessoais e burocratizados", do tipo "pegar ou largar".

A propriedade privada dos meios de produção, em tempos passados ou mesmo agora no caso das firmas individuais, estabelece uma forte relação entre o proprietário e os objetos possuídos, a ponto de o primeiro se identificar com eles, ter sentimentos de amor ou de orgulho por eles e até emprestar-lhes seu próprio nome (muitas empresas, mesmo grandes corporações de hoje, em sua origem, receberam o sobrenome de seus fundadores e proprietários, como Ford, Dupont, Morgan, etc).

Esse sentido de propriedade privada, primordial *num mundo* apoiado nela, vai-se perdendo na medida em que as empresas se vão transformando em gigantescas unidades organizadas sob a forma de sociedades anônimas (de capital aberto), em que suas ações são transacionadas nas bolsas de valores, Essas empresas são pessoas jurídicas proprietárias de seus meios de produção, os quais deixam de ser propriedades de indivíduos, pessoas físicas; nelas a direção é exercida por um corpo executivo, formado por presidentes e diretores, todos assalariados (embora de alto nível) como os demais empregados. E o comando superior é constituído teoricamente pelo conjunto de seus acionistas; "teoricamente" porque sempre existe um ou uns poucos grupos de acionistas que exercem o comando efetivo, porque detêm maiores parcelas de ações, enquanto as parcelas restantes encontram-se extremamente fragmentadas entre os chamados "acionistas minoritários". Os acionistas não são proprietários da empresa, como se acredita popularmente; eles são possuidores de papéis que lhes dão o direito de auferir rendimentos ("dividendos") gerados pela empresa, e de votar nas assembléias de acionistas, ocasiões em que podem ser estabelecidas as políticas gerais da empresa e tomadas decisões a respeito de seu corpo executivo.

Nessa situação, perde-se o antigo sentido de propriedade privada, a identificação entre os donos da empresa e seus meios de produção. Os acionistas não são os donos da empresa como também não se sentem como tais. Os pequenos e médios acionistas porque não têm qualquer poder sobre a empresa, sendo que os dividendos dela recebidos muita vezes constituem apenas uma parcela menor de suas rendas totais, e freqüentemente sentem-se ludibriados na distribuição dos dividendos. Os grandes acionistas, mesmo os que têm poder de decisão, usualmente aplicam o seu capital na compra de ações de várias empresas (na chamada política de "diversificação de riscos") e, portanto, não têm ligação mais forte com qualquer uma delas (a não ser em casos excepcionais). Em geral, os grandes acionistas - para não falar dos pequenos - nem sequer conhecem as sedes e as instalações produtivas das empresas nas quais

investiram, sendo que elas atuam em diferentes ramos de atividades e localizam-se em diferentes cidades, regiões ou mesmo países. Não raramente (e, talvez, com frequência cada vez maior), os capitalistas nem mesmo sabem em que papéis (ações, títulos de dívidas, etc.) seus capitais são aplicados; agentes financeiros, em troca de comissões (remunerações), fazem isso por eles. Em suma, os capitalistas se tornam crescentemente *rentistas* (isto é, vivendo de *rendas*), desvinculados das atividades produtivas e da propriedade privada dos meios materiais de produção, provocando assim o que Schumpeter em certos momentos chama de "evaporação da substância da propriedade"- a qual poderíamos traduzir como a passagem da propriedade material (meios de produção) para a propriedade de papéis e, finalmente, nos dias de hoje, para o simples registro contábil em computadores.

### *Obsolescência do empresário*

Na situação do capitalismo contemporâneo, também os empresários passam por um processo de obsolescência. Como já vimos no início deste trabalho, para Schumpeter os empresários são essenciais ao sistema capitalista de produção, por serem eles os criadores de novos produtos e de novas formas de combinar os meios de produção, assim promovendo a expansão da economia. Mas essa função dos empresários está cada vez mais perdendo sua importância. Primeiro, porque a inovação "está sendo reduzida à rotina" (p.132). A inovação assim como o próprio progresso tecnológico se tornam crescentemente atividades de grupos de especialistas, que operam tanto fora (em universidades, institutos de pesquisa, etc.) como dentro das empresas (que mantêm seus próprios especialistas), e essas atividades ganham cada vez maior relevância em nossos dias. Segundo, porque as mudanças em produtos e em processos produtivos encontram agora menor resistência por parte de consumidores e produtores (com raras exceções) e, portanto, dependem menos de indivíduos empreendedores que enfrentam e superam resistências. Conclusão:

"Assim, o progresso econômico tende a tornar-se despersonalizado e automatizado. O trabalho em escritório e em comitê tende a substituir a ação individual" (p. 113).

O paulatino desaparecimento dos empresários, substituídos pelo trabalho rotineiro de grupos de especialistas, afeta a própria burguesia como classe. Embora eles não sejam, com exceções, membros da burguesia e tenham diferentes origens e participações sociais, os mais bem sucedidos, em termos de conquistas de riqueza e de prestígio social, acabam por tornar-se, junto com sua família, membros da burguesia, renovando e revitalizando essa classe social. Considerando que burgueses, ao empobrecer, podem ser rebaixados de classe, que burgueses também morrem e daí sua riqueza pode ser fragmentada entre os herdeiros, que burgueses ativos e ambiciosos podem ter herdeiros desprovidos de interesse pelos negócios econômicos (e tudo isto explica porque uma família burguesa, mesmo da grande burguesia, não dura para sempre e pode acabar após umas poucas gerações), pois bem, nessa situação a absorção de empresários pela burguesia serve não só para mantê-la numericamente, mas também, e principalmente, para transmitir-lhe sangue novo. Processo semelhante aconteceu na fase final do feudalismo, quando grandes burgueses, muitos deles imbuídos de espírito empreendedor, compravam títulos de nobreza, apesar do desprezo que os nobres de "velha estirpe" sentiam por eles (assim como a "aristocracia burguesa" sente pelos novos burgueses). Assim, na medida em que os empresários se tornam mais escassos, isso enfraquece o processo de renovação da burguesia e debilita-a. Como diz Schumpeter:

Econômica e sociologicamente, direta e indiretamente, a burguesia depende do empresário e, como uma classe, vive e morrerá com ele, embora um estágio de transição mais ou menos prolongado - eventualmente um estágio no qual ela pode igualmente sentir-se incapaz de morrer e de viver - deva ocorrer, como de fato aconteceu no caso da civilização feudal, (p.134)

## Conclusão

O livro em que Schumpeter prevê o perecimento do capitalismo foi escrito durante a Segunda Guerra Mundial (a primeira edição de *Capitalismo, socialismo e democracia* é de 1943). De lá para cá passaram-se sessenta anos e muita coisa importante aconteceu no mundo, seja em economia, política, guerra, ciência, tecnologia, cultura, etc. A pergunta que se levanta, portanto, é a seguinte: a previsão de Schumpeter estava ou está correta, ou seja, ela tem sido confirmada ou negada pelos fatos? A resposta imediata seria *não*, porque o capitalismo ainda está aí e, segundo seus defensores e propagandistas, em pleno vigor.

Mas a resposta não é tão simples assim. Para começar, é preciso ter em mente que ele se refere a uma tendência e não a um acontecimento preciso e definitivo com data marcada para terminar, o que torna difícil julgá-la como verdadeira ou falsa tomando como referência um dado momento ou período de tempo.

Existem previsões para períodos de tempo determinados; concluídos os períodos, pode-se verificar se as previsões se confirmaram ou não. Outra coisa são as projeções de tendências sem períodos fixos, as quais não podem ser avaliadas tomando-se por base um ou outro momento específico do tempo. Para deixar clara esta questão pode-se usar como exemplo a afirmação de que a produção capitalista tem uma tendência de crescimento; no entanto, essa produção tem um movimento cíclico, com elevações e quedas em diferentes anos, e, portanto, não se pode tomar como base a produção em um ou outro desses anos para negar ou confirmar a tendência; para isso, o procedimento correto é considerar a produção em todos os anos num período de tempo suficientemente longo e extrair daí a tendência; se os dados são numéricos, a determinação da tendência é facilmente realizada com o uso de técnicas estatísticas.

A elaboração (assim como a verificação) de uma projeção de tendência, principalmente quando não tem limite de tempo, é um processo complicado. Às vezes ela não tem qualquer fundamento

científico, mas apenas expressa um desejo de quem a formula; um exemplo simples: Hitler previa (na verdade ambicionava) que o III Reich duraria mil anos. Mas mesmo uma projeção com pretensão científica supostamente apoiada na observação de uma dada realidade pode mostrar-se equivocada, porque essa realidade não expressa uma tendência e sim uma situação momentânea (digamos, de uns poucos anos). Quando a economia dos países capitalistas mais desenvolvidos entra em profunda depressão, é comum falar-se no fim do capitalismo (haja vista o momento histórico da grande crise de 1929-32). Quando a economia desses mesmos países apresenta elevadas taxas de crescimento, como no período do Pós-Segunda Guerra até o começo da década de 1970, acredita-se que isso continuará para sempre (nos anos 60 muitos economistas "decretaram" o fim das crises econômicas). Nos dias de hoje, graças a um conjunto de circunstâncias, a ideologia dominante proclama a vitória definitiva do sistema capitalista, a superioridade do liberalismo como política econômica, a inexorabilidade da "globalização" sob a égide capitalista, com total desprezo pela História. Também Luís XVI devia acreditar, antes de 1789, e tinha como respaldo a milenar existência do feudalismo, que a monarquia francesa seria eterna, assim como Stálin provavelmente achava, em 1950-52, e tendo em vista o enorme avanço do comunismo do tipo soviético na China e em vários países da Europa, que esse sistema se estenderia pelo mundo e jamais seria destruído.

A previsão feita por Schumpeter se baseava em três pontos: uma inferência histórica, sua teoria de classe social e a análise de um conjunto de fatos da sociedade dos países capitalistas mais avançados (Estados Unidos e Europa Ocidental). A inferência é a de que nenhum sistema socio-econômico (modo de produção), mesmo que dure séculos, como o feudalismo, é eterno; o capitalismo, portanto, também deve acabar. O segundo ponto é o de que, numa sociedade dividida em classes, como no capitalismo, uma classe só se mantém como dominante se tiver uma função definida e se executar com êxito essa função, a qual também precisa ser aceita pelo resto da sociedade; assim, como classe dominante no sistema capitalista, a

burguesia deve ser analisada sob esses prismas, porque é incongruente supor a sobrevivência do capitalismo sem a burguesia como classe dominante - e isso explica a razão pela qual Schumpeter dá tanta importância aos aspectos sociais do problema. O terceiro ponto se refere ao exame dos fatos usados para a previsão, levando em conta que se trata de um assunto que envolve multiplicidade de fatos.

Não cabe aqui discutir a metodologia da previsão, mas apenas assinalar que ela enfrenta questões complicadas, como, por exemplo: dentre a diversidade de fatos, como selecionar os mais relevantes? como interpretá-los corretamente? qual o período mínimo de tempo de ocorrência desses fatos para considerá-los como representativos de uma tendência efetiva e não apenas como uma situação ocasional? como estimar que certos fatos não selecionados no presente assumirão importância no futuro e alterarão os resultados da previsão? Em geral, as previsões excluem esta última questão, dada a extrema dificuldade ou a impossibilidade de resolvê-la.

Voltando à previsão de Schumpeter, pode-se começar pela pergunta: ele selecionou os fatos mais relevantes? Pelo menos um ponto não abordado se destaca. Algumas constatações de longo prazo são inegáveis: o sistema capitalista não conseguiu resolver o problema do desemprego de força de trabalho (e não estamos falando de desemprego "friccional", de curto prazo), não conseguiu melhorar a distribuição funcional e pessoal da renda (que freqüentemente se apresenta de forma dramática, com pequena parcela da população vivendo com grande luxo enquanto grande parcela vive na miséria), em escala mundial não conseguiu diminuir a enorme desigualdade entre os países pobres e os ricos. Tudo isso era claramente visível no período de vida de Schumpeter, mas não foi levado em conta em sua previsão. E são fatos que debilitam o sistema, se não economicamente, pelo menos social e politicamente, gerando insatisfações e frustrações, quando não ondas de protesto e de revolta. A pergunta que se pode fazer é se o capitalismo necessita, por motivos intrínsecos, funcionar assim, sem melhorar essa situação, ou se é a classe dominante, a burguesia, que o faz assim, não por maldade intencional, mas por causa de seu desinteresse ou

desprezo pelos desempregados, pelos pobres e miseráveis de seus próprios países e dos países "marginais".

Dos fatos selecionados por Schumpeter, um é questionável: trata-se da crescente hostilidade ao capitalismo, que não pode ser diretamente mensurada (não há "pesquisas de opinião" sobre o assunto). A única solução é a busca de evidências comprobatórias. Talvez a hostilidade realmente aconteça ou então acontecia na época em que o autor escrevia o livro, uma época marcada pelo fascismo e pelo nazismo e pela guerra contra países que os praticavam; e marcada também, pelo menos na Europa Ocidental, pela simpatia ao socialismo e à União Soviética (por sua valente atuação na guerra e na reconstrução econômica de seu território); além do fato de que essa época ainda sofria a influência do período anterior (período entre as duas grandes guerras), extremamente conturbado, com depressões econômicas, elevada inflação, tentativas de revoluções socialistas em alguns países, etc. Não é por acaso que no período pós Segunda Guerra os países capitalistas adotaram fortes medidas de autoproteção, como o Plano Marshall para a recuperação econômica da Europa Ocidental, a adoção de políticas keynesianas para estimular o crescimento econômico, a implantação dos chamados "estados de bem-estar" (*Welfare states*), o rompimento com a União Soviética, campanhas publicitárias pró-capitalismo e anti-socialismo, e assim por diante. Por outro lado, fora dos países capitalistas centrais, houve reais manifestações de hostilidade: a vitória da revolução comunista na China (1949), mais tarde a conversão de Cuba ao socialismo (1959), a criação de estados autoproclamados socialistas na África-Negra (década de 1960), manifestações revolucionárias na Ásia e na América Latina. Nos dias de hoje, com a derrocada do império soviético e o retorno ao capitalismo dos países que o integravam, a cooptação de movimentos e partidos trabalhistas, a guinada para a direita dos partidos social-democratas, o domínio da cultura do consumo, a contínua e intensa propagação de valores e ideais burgueses (enriquecimento, eficiência, competição, etc.) - com tudo isso é arriscado, agora, acreditar na crescente hostilidade ao capitalismo.

É verdade que a burguesia perdeu algumas "camadas protetoras", como Schumpeter descreveu, principalmente as advindas do regime feudal. Mas conquistou outras, mais modernas. Esse é o caso dos novos artesãos e pequenos burgueses, analisado por Paolo Sylos Labini em seu livro sobre as classes sociais<sup>7</sup>. Segundo ele,

a pequena burguesia relativamente autônoma, ou seja, a pequena burguesia tradicional, constituída na maior parte por camponeses proprietários, por artesãos e por pequenos comerciantes, foi aos poucos eliminada em número, como previra Marx. Mas essa queda é imputável exclusivamente aos camponeses proprietários (agricultores diretos) que, juntamente com numerosos assalariados, abandonaram a agricultura. (LABINI, 1983, p. 37-8)

Se o antigo artesanato desapareceu, ele foi sendo substituído por um novo tipo de artesanato, "que, além de não ser prejudicado pelo desenvolvimento da indústria moderna, ainda tira vantagem dela, uma vez que produz mercadorias e, sobretudo, serviços que são complementares em relação aos produtos da indústria moderna" (p.38). Essa massa de artesãos e proprietários de micro e pequenas empresas nos setores de manufatura, comércio e prestação de serviços tem como esperança ou ambição tornar-se parte da grande burguesia, e não opor-se a ela; portanto, apesar de sua eventual instabilidade política, essa pequena burguesia tende a aliar-se à grande burguesia em momentos cruciais. De acordo com Labini: "quando, em períodos de crise, amplos estratos dessa quase-klasse se aliam aos grupos dominantes da grande burguesia, o país corre o perigo do fascismo" (p.73); e, examinando o caso da Itália entre as duas grandes guerras, conclui: "o fascismo é, pois, o resultado de uma aliança entre grande e pequena burguesia" (p.76).

E também necessário examinar a situação das chamadas "classes médias", assim no plural para ressaltar que elas se compõem

<sup>7</sup> Paolo Sylos Labini. *Ensaio sobre as classes sociais*, 1983 (Original, em italiano, 1978).

de diversos tipos de agrupamentos, assalariados ou não, como os empregados de nível médio de empresas privadas, os burocratas, os militares, os profissionais liberais, os trabalhadores autônomos, etc. todos tendo em comum uma determinada faixa de renda que lhes permite um razoável ou bom padrão de vida. Não se pode afirmar que, *em bloco*, elas atuam como camadas protetoras. Mas pelo menos uma parte delas serve para isso. Para começar, é preciso destacar as forças armadas, os agentes de segurança, os membros do poder judiciário, que são treinados, doutrinados e pagos para manter a ordem e, portanto, o sistema capitalista. Uma outra camada numericamente importante das classes médias é remunerada para trabalhar direta ou indiretamente para a burguesia como um todo, a qual não precisa assumir pessoalmente todos os cargos de poder para ser a classe dominante. A grande burguesia constitui uma pequena fração da população (talvez menos de 2%) e mesmo acrescentando e média burguesia essa fração continua pequena. Portanto, a burguesia não dispõe de membros suficientes para preencher todos os postos superiores e médios de comando tanto da economia como da política. Para isso ela recorre a membros de outras classes sociais, principalmente das classes médias, onde ela encontra indivíduos com formação educacional superior, treinamentos específicos para aqueles postos (e a burguesia, diretamente ou através do Estado, cria escolas para isso), e freqüentemente ansiosos para ascender socialmente. Esses indivíduos, quando bem treinados, diligentes e prestativos (para não mencionar outras qualidades), acabam por ocupar cargos de direção ou gerência em empresas privadas, em órgãos públicos, e mesmo cargos políticos de menor ou maior importância (inclusive ministérios e chefia de governo). É claro que eles são pagos para isso, mas também por ambição, proximidade física e identidade ideológica, tornam-se aliados "naturais" da grande burguesia.

De toda a análise de Schumpeter para demonstrar a tendência ao perecimento do capitalismo e de sua classe dominante, as partes mais importantes são as que tratam da "obsolescência da função empresarial" e da "destruição do quadro institucional da sociedade capitalista". Nesta última, Schumpeter se refere especialmente à

perda do sentido tradicional da propriedade privada ("evaporação da substância da propriedade") e à supressão da liberdade de contratação, mas um outro fenômeno poderia ser incluído: a transformação de valores tradicionais da burguesia, nos quais ela realmente acreditava ou que serviam para justificar ou legitimar sua dominação. Não precisa ser weberiano para reconhecer a importância dos valores em qualquer organização social. O sistema capitalista elimina valores e crenças que não lhe servem e cria outros em seu benefício. Em linhas gerais e para resumir este assunto que poderia ser tratado extensamente: o capitalismo foi abandonando valores morais de longa tradição (como honestidade, solidariedade, dignidade, etc.) e mesmo valores aceitos ou pelo menos propagados pela "velha burguesia" (como a dedicação ao trabalho, a frugalidade, o apreço à família, etc.) e substituindo-os por valores e princípios de caráter exclusivamente econômico (como eficiência, competitividade, sucesso etc.). Isso sem dúvida provoca o desgaste moral do capitalismo, principalmente quando sua "imoralidade" pública ou privada é exibida através de relatos de acontecimentos reais. Forte evidência disso é o fato de que grande parte da oposição ao sistema é expressa em termos morais.

A análise do tema da obsolescência da função empresarial engloba, na verdade, três assuntos. Um é o da passagem dos empresários bem sucedidos para a classe burguesa, que estaria ocorrendo em grandeza decrescente devido à própria redução do número deles, deixando assim de renovar a burguesia e mesmo manter sua magnitude. Outro, e relacionado com o anterior, é o da utilização crescente de não burgueses para a ocupação de cargos executivos e o da rotinização das funções de inovação e promoção do progresso técnico, agora a cargo de grupos especializados. O fantástico desenvolvimento tecnológico e organizacional a partir da Segunda Guerra Mundial (e em parte estimulado por ela) demonstra que esses especialistas vêm cumprindo com êxito suas funções. Por outro lado, como já dissemos, o sangue novo introduzido na burguesia vem agora de indivíduos das classes médias guindados para postos de comando na economia e na política.

O terceiro assunto é o da transformação da burguesia, principalmente a alta, em um bando de rentistas, os quais, em lugar de investir em atividades produtivas - e, com isso, ampliar o emprego, a demanda efetiva e o crescimento econômico -, vivem de rendas obtidas em aplicações financeiras, em grande parte puramente especulativas. John M. Keynes, em sua *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro* (de 1935), já demonstrava aversão a esses indivíduos e chegava a sugerir, para o bem da economia e da sociedade, "a eutanásia do rentista". Mas Keynes otimisticamente acreditava que o "aspecto rentista do capitalismo" seria apenas uma fase de transição, que desapareceria gradualmente; Contudo, ao contrário do que pensava Keynes, essa fase não desapareceu, mas sim cresceu explosivamente nas últimas décadas, promovendo uma espetacular circulação financeira em escala mundial e deprimindo, nessa mesma escala, o processo de investimento em setores produtivos. Como rentista, a burguesia se converte numa classe ociosa e dispensável.

Daí surge a pergunta: por que preservar essa classe, que não cumpre a função social que lhe deu origem e a promoveu como classe dominante, e cuja função está deixando de ser reconhecida pelo conjunto da sociedade? A resposta é a de que a burguesia é uma classe em extinção. Mas ela pretende sobreviver, e para isso tem de lançar mão de seu monumental poder econômico e militar tanto para persuadir (não importa de que modo) como para reprimir seus opositores.

Schumpeter acreditava que o capitalismo será sucedido pelo socialismo como uma consequência natural e que essa sucessão deverá ser um processo gradual e pacífico, sem necessidade de pressões externas e de revoluções. Será assim?

MIGLIOLI, Jorge L. Schumpeter and the decline of capitalismo and bourgeoisie. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n.12, p. 97-124, 2002.

## Referências

- BERLE JÚNIOR, A. A. **The 20<sup>th</sup> century capitalist revolution**. New York: Harcourt, 1954.
- COLLETTI, L. **El marxismo y el derrumbe del capitalismo**. México, DF: Siglo Veintiuno, 1978.
- KEYNES, J. M. **General theory of employment, interest and money**. New York: Harcourt, 1964.
- LABINI, P. S. **Ensaio sobre as classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- MARX, K. **Manifesto comunista**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MAYER, A. J. **A força da tradição: a persistência do antigo regime**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism and democracy**. Londres: Alien&Unwin, 1976.
- SCHUMPETER, J. A. **Imperialismo e classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

**RESUMO:** Este artigo, baseado em três livros de Joseph Schumpeter (1883-1950), trata de sua tese sobre o processo de declínio e perecimento do sistema capitalista e da burguesia como classe social dominante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Empresário; burguesia; capitalismo; classe social.

**ABSTRACT:** This paper, based on three books by Joseph Schumpeter (1883-1950), deals with his thesis about the process of decline and perishment of the capitalist system and the bourgeoisie as dominant social class.

**KEYWORDS:** Entrepreneur; bourgeoisie; capitalism; social class.